

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DAS TRANSEXUALIDADES A PARTIR DAS DIFERENÇAS

Paulo Adroir Magalhães Martins¹

1 Considerações Iniciais

As identidades fazem parte de um tema que integra a problemática do convívio social desde os primórdios da humanidade. Entretanto, com o advento da modernidade, a ideia de identidade fixa, una e imutável dos indivíduos humanos de outrora não é mais suficiente para sustentar a diversidade social que se torna evidente nesse período. Stuart Hall (2014) destaca a ideia de “crise de identidade”, em razão do surgimento de novas identidades, fragmentando a identidade individual em diversos vetoriais. É evidente a mobilização atual de diversos movimentos sociais de visibilidade e reconhecimento das mais diversas identidades calcadas nos elementos que as compõem, como é o caso de transexuais, cujas características identitárias diferenciadas se dão em razão do componente sexual destes indivíduos.

Para Zygmunt Bauman (2005), as identidades são bênçãos ambíguas, ou seja, elas são o produto da dicotomia entre a realidade imaginada e a realidade fática numa relação de ambivalência. Enquanto que a realidade imaginada é o produto dos elementos sociais na determinação dos padrões e perspectivas culturais, a realidade fática é o produto das

¹ Bacharel em Direito. Advogado. Mestrando do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Direito – Mestrado da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Santo Ângelo/RS (Brasil). E-mail: paulo.adroir.martins@gmail.com

experiências e história de cada indivíduo na percepção de si no mundo que vive. A identidade pode ser considerada uma força a ser utilizada contra as “pressões coletivas”, pelos indivíduos que não se adequam aos moldes pré-definidos, ou então, a busca de imposição mais ampla capaz de abrigar a todas as diferenças, mesmo que não conceda a devida importância a elas, criando-se, assim, desigualdades. As identidades propiciam um processo para a emancipação ou opressão, dependendo de como é sua expressão e por quem é feita.

Assim como Hall, Bauman defende identidades líquidas, ou seja, que estejam em um constante processo de construção e desconstrução do indivíduo dentro do meio social. Para analisar a construção identitária das transexualidades, é necessário esclarecer algumas questões importantes a essa problemática. Assim sendo, primeiramente, será apresentada uma análise acerca do processo de construção das identidades dos sujeitos no meio social contemporâneo. Após, focar-se-á na sexualidade e sua relação com as identidades, sendo que, para tanto, serão apresentadas concepções de sexo, gênero e orientação sexual. Como fechamento da proposta, serão abordadas as formas das transexualidades.

2 Construção identitária a partir das diferenças

Ponderar sobre as construções das identidades é uma tarefa complexa, pois envolve muito mais que enumerar as características de sujeitos específicos ou de coletividades. São processos que envolvem o relacionamento entre indivíduos inseridos em um determinado contexto sociocultural. Kathryn Woodward (2000), refere que a identidade é fruto tanto do âmago do ser humano ou do grupo, quanto da relação sujeito-sociedade interseccionada pela cultura, história e política social. As identidades humanas podem ser concretizadas em duas maneiras, a partir da perspectiva de cada indivíduo, em conformidade com sua vontade, ou então, impostas por terceiros e pelas normas socioculturais (BAUMAN, 2005). Eis uma das grandes problemáticas da identidade, na qual reside um grande processo de resistência para a prevalência da primeira sobre a última, quando há desentendimento entre essas. A perspectiva das identidades, a partir da visão de terceiros, nem sempre assegura o reconhecimento devido às identidades dos sujeitos.

Evidencia-se que há dois processos distintos relativos a temática identitária na interação indivíduo-coletividade. Logo, não se pode cair no erro de confundir o processo de construção das identidades com o processo de identificação, fazendo-se, então, necessário

distinguir estes. Eligio Resta (2014) leciona que a identidade é um processo em que um sujeito ou uma coletividade busca uma irrepetibilidade de exclusividade, ou seja, determinar quais as características que os diferenciam de outros. Enquanto isso, a identificação é um processo que implica em perda parcial da identidade em benefício da confusão em algo ou alguém.

Stuart Hall (2000) apresenta duas concepções de compreensão dos processos de identificação: um de caráter naturalista e outro de natureza discursiva. A identificação naturalista é aquela que decorre do reconhecimento de alguma origem comum ou características compartilhadas pelos indivíduos que se encontram em interação. Já a perspectiva da identificação discursiva, que na realidade refere-se a construção identitária e não identificatória, é a de um processo em infinita construção, no qual o sujeito é determinado e construído dentro dos sistemas de linguagem e comunicação, realizados no convívio social. O processo de identificação vem a ser, portanto, como cada indivíduo projeta a sua identidade na sua cultura, renunciando a parte de identidade individual na elaboração de uma identidade coletiva.

Apesar de serem processos aparentemente antagônicos, identidade e identificação possuem uma interligação complexa. A identificação, para Bauman (2005: 36), “[...] significa dar abrigo a um destino desconhecido que não se pode influenciar, muito menos controlar”. É a segurança advinda do sentimento de pertença a uma identidade coletiva, aceita como “correta” pelos padrões socioculturais dominantes. Evidenciam-se as identificações como fatores na estratificação social, pois permitem, por um lado, a articulação de pertencimento ou não a identidades específicas, entretanto, rejeita-se o acesso às identidades que não são reconhecidas como “boas” na imposição contextual. Ou seja, na hierarquização social, a identificação pode ser uma porta aberta para a liberdade da autonomia do indivíduo, desde que este não contrarie os limites da normalidade ou se distancie da imposição coletiva.

Erving Goffman (1988) afirma que os valores culturais da sociedade definem os atributos considerados como comum ou “normais”, com base em aspectos ético-morais e estruturais, esses, também, definem definindo também a “identidade social” de cada indivíduo. Assim, cria-se o pré-conceito, ou seja, expectativas normativas da identidade do indivíduo, a partir dos atributos definidos por uma “identidade social virtual”. Surge, o estigma no momento em que ocorre o processo de diferenciação do indivíduo da coletividade, em razão de determinada característica que gera descrédito e exclusão no meio social,

principalmente nas relações interpessoais. Segundo o autor, a grande problematização da convivência do indivíduo estigmatizado, a “aceitação”, isso é nada mais que o reconhecimento daquele como um sujeito de direitos no meio social.

Anteriormente a modernidade, prevalecia a posição doutrinária do essencialismo, no qual vigorava a ideia de que as identidades não são produto de uma construção social, mas sim um dogma imposto a cada indivíduo. Ainda há resquícios do essencialismo identitário na atualidade. A suposta fixação da identidade de um indivíduo, perante a sociedade, ocorre antes de seu nascimento, principalmente em razão do seu sexo biológico e da etnia que o coloca em uma posição de dominante ou dominado. Há uma intrínseca relação de poder entre a identidade e a sociedade em que espera-se que o sujeito abrace “[...] voluntariamente o inevitável, submeter por escolha, em plena consciência, o que já esteve presente o tempo todo em seu subconsciente” (BAUMAN, 2012: 53). Entretanto, esse caminho de conformação da identidade com os parâmetros considerados como normais não ocorre com todas as pessoas. Entre a realidade do que “é” e a do que “deve ser”, é possível vislumbrar o uso das relações de poder para legitimar a exigência de subordinação incondicional. Assim, evidencia-se que nas relações de poder indivíduo – sociedade, aquele deve seguir os parâmetros estipulados por esta ou enfrentar sanções.

3 Sexualidades, sexo e gênero

O componente sexual da identidade é um dos que causa maior estranhamento ao se debater as identidades, afinal, falar sobre sexo é ainda é um tabu na sociedade ocidental, desde o século XVII, quando a burguesia iniciou a censura do discurso sexual. Judith Butler (2006) destaca que as questões da sexualidade superam o limite do corpo, uma vez que a temática sexual é abordada entre os aspectos da “realidade” e da “verdade”, ou seja, é construída nos mesmos sistemas simbólicos que as identidades. Jeffrey Weeks (2000), reporta a importância da sexualidade na junção da busca pelo equilíbrio que permeia alguns fatores como: quem e o que cada indivíduo é, a sua identidade, a forma como esse se relaciona com a sociedade para se desenvolver com boa qualidade, bem como o reconhecimento. O termo “sexualidade” a ser trabalhado se refere ao componente sexual da identidade, o qual comporta todos os outros conceitos a serem apresentados: sexo, gênero, identidade de gênero e orientação sexual.

Sob um viés histórico-crítico, Michel Foucault (2014) afirma que a sexualidade desfruta de um *locus* privilegiado para o exercício da verdadeira identidade do indivíduo. Argumenta-se, na obra do autor, que a sexualidade possui particular influência em todos os aspectos da vida representados na linguagem do corpo, a qual expressa a verdade de cada pessoa. O foco da análise foucaultiana se dá na análise da subjetivação e da fabricação do sujeito na condição atribuída de “sujeito sexual”, reforçando a perspectiva de que os indivíduos foram levados a exercer uma hermenêutica do desejo. O autor constitui sua análise sobre a sexualidade histórica a partir de duas configurações de diretivas da ordem do coletivo social, referidos como “dispositivo da aliança” e “dispositivo da sexualidade”. Ao ver os sujeitos como remissores e autenticadores dos discursos sobre a verdade de si mesmos, a importância do discurso sexual passa ser relevante para controle da ordem social. O dispositivo sexual apresentado por Foucault (1999) é estritamente conectado com a análise da “sociedade disciplinar”, na qual há vigilância e controle constantes, não apenas de um indivíduo pelo outro, mas da sociedade enquanto coletividade. Esse controle impede o desenvolvimento do processo de construção identitário do componente sexual sobre o corpo dos indivíduos, uma vez que o considerado “anormal” para determinado contexto social, é marginalizado, evidenciando o papel da sexualidade no “biopoder”.

Iniciando-se pelo termo “sexo”, este geralmente remete a categoria biológica do aspecto da sexualidade. Aurelia Martín Casares (2012) apresenta o conceito de sexo como as expressões anatômicas e biológicas do corpo que compreendia os órgãos sexuais e outras diferenciações no tocante a disposição genética e hormonal. Assim, os sexos eram apenas dois: homem e mulher, abrangendo um sistema de classificação binário. Entretanto, ao se aprofundar nos estudos médicos sobre a sexualidade, a complexidade dos elementos biológicos vêm a tona novamente. A Sexologia Médico-legal afirma que o sexo de uma pessoa é determinado por quatro fatores: genético, endócrino, morfológico e psicológico. Outrossim, ensina médico Odon Ramos Maranhão (1995: 127), que “Não se pode mais considerar o conceito de sexo fora de uma apreciação plurivetorial. Em outros termos, o sexo é resultante de um equilíbrio de diferentes fatores que agem de forma concorrente nos planos físico, psicológico e social”. Ou seja, apesar de eminentemente difundida a ideia de que o termo “sexo” é o resultado de fatores de ordem natural, não se pode esquecer que ele tem também uma perspectiva social.

Nas relações socioculturais é mais comum a presença do termo “gênero”, na ideia de

sexo social. O vocábulo “gênero” e seu significado são fruto do diálogo do movimento feminista e suas teóricas. A figura mais emblemática dos primeiros usos dessa palavra foi Simone de Beauvoir, com sua obra *O segundo sexo: a experiência vivida* (1967). Nesta obra, abrange-se o caráter social das relações entre os sexos, demonstrando que o corpo anatômico não é o único elemento definidor das condutas humanas, estas envolvem também os padrões culturais de sistemas simbólicos e relações de poder. Vislumbrava-se que o gênero também constrói o sexo, pois ambos são concepções socio-simbólicas percebidas a partir das categorias biológicas em cada sociedade, e não há nenhuma construção sociocultural de comportamentos e características sem a ausência de influências da natureza (CASARES, 2012).

O conceito de gênero, em suma, foi elaborado para evidenciar que o sexo anatômico–biológico não é o único elemento definidor das condutas humanas. Em razão disso, Joan Scott (1995) busca reconhecer o valor das relações sociais estabelecidas com base nas diferenças percebidas entre homens e mulheres, dentro de perspectivas históricas. A autora encontrou diversos sentidos para o emprego do termo “gênero”. Pode-se utilizar “gênero” para se referir a mulheres, inclusive como uma forma de conservadorismo velado ao debater a pauta feminina. Empregava-se, também o vocábulo para sugerir que as informações sobre mulheres eram, necessariamente, informações sobre homens. Similarmente, a palavra designava as relações entre os sexos, assim como uma categoria social imposta a um corpo sexualizado. E, enfim, poderia o “gênero” referir a designação dos papéis culturais sexuais de homens e mulheres.

O gênero, enquanto a categoria analítica defendida por Joan Scott, é constituído por duas proposições distintas: “[...] (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado as relações de poder” (SCOTT, 1995: 86). O termo “gênero” é composto, também por quatro elementos que constituem o seu núcleo essencial: os símbolos culturalmente disponíveis; os conceitos normativos-culturais capazes de dar significado a esses símbolos; as noções políticas, institucionais e as organizações sociais; e a identidade subjetiva dos indivíduos. A introdução da categoria gênero permitiu a desconstrução dos ideais essencialistas sobre a desigualdade dismórfica sexual. No âmbito da construção da identidade pessoal, o gênero permite observar como a identidade é afetada pelos moldes socioculturais e como cada sujeito é projetado em seu contexto.

Judith Butler (2000) apresenta uma crítica à leitura do gênero como construção social do sexo. A autora crê que a noção de natureza da perspectiva construtivista é problemática, porque supõe a existência de uma entidade passiva e inerte, anterior à existência da cultura. Dessa forma, a teoria construtivista desconsideraria que a própria definição do que seja a natureza, bem como a capacidade humana de apreendê-la são sempre mediadas pela ação cultural, sendo, portanto, histórica e contextualmente variáveis. Essa maneira de olhar para o corpo e a percepção da anatomia dividida em dois sexos opostos estaria embasada nos padrões da cultura dominante. Na acepção da autora sexo e gênero se misturam, de que o componente identitário sexual dos indivíduos não deve ser fixo, mas criado pelo sujeito através da performance, repetição e incorporação de normas socioculturais.

Outro elemento que deve ser elucidado para compreender o componente sexual identitário dos sujeitos sociais é a orientação sexual. A expressão remete a capacidade que tem cada pessoa de experimentar profunda atração emocional, afetiva e erótica por indivíduos de um sexo ou de outro, incluindo no sentindo, a prática de relações íntimas e sexuais (CASARES, 2012). Corriqueiramente, nos discursos do senso comum e nos meios de comunicação, essa expressão é preterida pelo uso da locução “opção sexual”, remetendo a ideia de que cada sujeito tem pleno controle de suas emoções e desejos, devendo ceder as pressões sociais para copular com quem os padrões sociais dominantes determinam como correto. Entretanto, cada indivíduo possui sua própria trajetória afetivo-sexual, marcada por suas experiências corporais, culturais e biográficas.

Judith Butler (2015) destaca o caráter compulsório do qual a heterossexualidade e a visão binária de sexo, gênero e orientação sexual se reveste nas sociedades contemporâneas. Essa ordem impõe que a única forma legítima de amor e desejo sentidos por um homem esteja dirigida a uma mulher e vice-versa. Esse caráter compulsório recebe a alcunha de heteronormatividade, sendo parte da ordem social, ou seja, constitui um conjunto estabelecido de relações de poder, que privilegia e promove a heterossexualidade em detrimento de outras expressões das sexualidades possíveis. Por conseguinte, a determinação heteronormativa versa a ordem explícita de que todo ser humano deva ser homem ou mulher. Homens devem seguir as convenções sociais de “masculinidade” e mulheres, as de “feminilidade”. E, ressaltando que ambos devem manifestar seu desejo pelo “sexo oposto”. A antropóloga e educadora estadunidense Deborah Britzman (1996) coloca estas normas na base da ordem social, na qual as crianças são criadas e educadas para incorporarem as técnicas de controle

social no seu desenvolvimento. Uma suposta coerência entre sexo, gênero e desejo é transmitida por meio de injunções complementares.

4 Transexualidades

Adentrar mais afundo na questão das transexualidades remete a abordar o grande conflito que existe entre o corpo físico e a percepção individual dele dentro dos padrões culturais de um contexto histórico. Normalmente o sexo psíquico de uma pessoa é o reflexo de sua genitália e, quando uma pessoa desenvolve sua identidade de gênero, supostamente haveria o perfeito sincronismo entre a sua anatomia e o seu comportamento. Nas pessoas *trans*, há uma complicação entre a percepção social do corpo e a percepção biológico-anatômica do elemento sexual identitário.

A socióloga brasileira Berenice Bento (2008) aborda a transexualidade como uma experiência identitária de enorme conflito com as normas de gênero, as quais vem da reprodução do pensamento centrado-lógico de que o gênero reflete o sexo, moldando a sexualidade a partir de disposições supostamente naturais. Nesse sentido Bruno Cesar Barbosa (2013) demonstra que há uma confusão nos discursos públicos entre transexualidades e travestilidades, sendo que aquelas se caracterizam por vivências performáticas na qual a autopercepção encontra-se de encontro às normas sociais de sexo e gênero. Assim, independe da realização ou não de intervenção cirúrgica para a caracterização transexual, claro que muitos optam por fazê-la, mas não é uma condição *sine qua non* para a identificação.

Ocorre que os transexuais não possuem nenhuma anomalia genética ou física referente à constituição de seu corpo sexuado. Apesar do transexual apresentar-se como um indivíduo biologicamente perfeito, ele acredita pertencer ao sexo contrário à anatomia de suas gônadas, tendo enorme repúdio pelo seu corpo manifestado pela falta de autoestima. A capacidade estressante de quando os transexuais têm de agir nos moldes dos padrões de gênero do sexo biológico, situações que podem gerar resultados alarmantes como atentados a integridade física ou suicídios (CHAVES, 2004).

Berenice Bento refere em sua obra a presença do dispositivo da transexualidade na sociedade contemporânea. A construção da autora sobre o “dispositivo da transexualidade” teve como inspiração o “dispositivo da sexualidade” de Foucault. Ao utilizar a expressão

“dispositivo da transexualidade”, Bento (2006) refere-se aos saberes que produziram a verdade sobre os corpos transexuais, uma vez que o controle encontra-se além da face identitária. Seguindo uma acepção foucaultiana, em que a sexualidade é controlada pelos sistemas sociais, ainda está presente a perspectiva patológica dessa identidade, inclusive no campo acadêmico. Isso remonta ao uso do sufixo “ismo”, o qual denota doença, ao se referir aos transexuais não pelas expressões identitárias da transexualidade, mas como a doença que deve ser tratada. Sob a perspectiva patológica, o “transexualismo” integra a décima versão do Cadastro Internacional das Doenças (CID-10) nó código F 64.0, como parte da categoria dos transtornos mentais, existindo, inclusive as diretrizes para seu diagnóstico, sendo que, também, faz parte da quinta edição do Manual de Diagnóstico e Estatística da Associação Americana de Psiquiatria recebendo a nomenclatura de “disforia de gênero”.

As considerações biomédicas a respeito da transexualidade demonstram a criação de uma identidade transexual única. O verdadeiro transexual sob a ótica das ciências da saúde se apresenta, na concepção do sexólogo alemão Harry Benjamin (1999), como um ser humano em desconformidade com o seu corpo, em razão das características sexuais primárias e secundárias, que deve manter-se assexuado até o final da redesignação sexual, para depois relacionar-se intimamente apenas com os indivíduos que sejam do sexo oposto à sua nova realidade. Em outras, palavras todo transexual deveria ser heterossexual, situação essa que Butler (2006) coloca como uma das formas de reprodução da heteronormatividade.

Nos estudos de Berenice Bento (2006), em pesquisa desenvolvida por três anos sobre a experiência transexual, verifica-se que o estereótipo “homem heterossexual preso no corpo de mulher” ou “mulher heterossexual presa no corpo de homem”, não conseguiam contemplar todos os envolvidos. A autora se surpreendeu com a vida sexual ativa que tinham os transexuais não-operados, inclusive era comum relatos de que alguns e algumas não gostariam de passar pela redesignação cirúrgica da genitália, isso foi de encontro a toda imagem do transexual assexuado que apregoa a perspectiva biomédica. Defende-se, então, a desconstrução do ideal universalizante da identidade transexual heterossexual no pós-operatório e assexuado antes e durante a redesignação sexual. Ela obstinadamente aborda a divergência entre o modelo científico apresentado e a realidade concreta, sendo que esta não pode ser ignorada.

A identidade de gênero independe da orientação sexual (CASARES, 2012). A pessoa sentir atração por outra é um dado que não pode ser qualificado para definir seu sentimento de

pertença a um gênero. A transexualidade e a homossexualidade por si e separadas, enquanto expressões identitárias, são transgressões evidentes das normas de gênero na sociedade. Logo, quem constrói sua sexualidade através de uma identidade de gênero e uma orientação sexual que não são partes do modelo dominante, transgride duplamente as normas culturais e, portanto, é duas vezes mais invisibilizado.

Outro ponto levantado na experimentação dos estudos de Berenice Bento (2008) foi a verificação da intervenção cirúrgica para se caracterizar a transexualidade. As administrações hormonais e pequenas adequações cirúrgicas corporais são comum aos transexuais e travestis, ambas as expressões da sexualidade reconstroem seus corpos. A grande diferenciação entre um e outro está na percepção de seu gênero. Enquanto as travestilidades não reivindicam uma posição definida na ordem cultural de masculinidades e feminilidades, as transexualidades buscam reivindicar mecanismos de identificações das instituições socioculturais. Logo, as transexualidades podem ser expressas por indivíduos que passem pela redesignação cirúrgica ou que não o façam, desde que pleiteiem e lutem pelo seu espaço na sociedade hierarquizada a partir de suas subjetividades da performance do que seria a sua masculinidade ou feminilidade.

Referências

- BARBOSA, Bruno Cesar. “Doidas e putas”: usos das categorias travesti e transexual. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 352-379, Aug. 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- _____. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BENJAMIN, Harry. **The transexual phenomenon**. Düsseldorf: Symposium Publishing, 1999.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Tradução: Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BENTO, Berenice Alves de Melo. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. **O que é transexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 2008. BRITZMAN, Deborah. O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n.1, p. 71-96 jan/jul. 1996.

BUTLER, Judith. **Dishacer el género.** Traducción: Patricia Soley-Beltran. Barcelona: Paidós, 2006.

_____. **Problemas de Gênero:** feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. *In:* LOURO, Guacira Lopes [Org.]. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-179.

CASARES, Aurélia Martín. **Antropología del género:** culturas, mitos y estereotipos sexuales. 3. ed. Madri: Cátedra Ediciones, 2012.

CHAVES, Antônio. **Direito à vida e ao próprio corpo:** intersexualidade, transexualidade, transplantes. 2. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2004.

COFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Mathias Lambert. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade:** A vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque; J.A. Guilhon Albuquerque. vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

_____. Quem precisa de identidade? *In:* SILVA, Tomaz Tadeu da. [Org.]. **Identidade e Diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

MARANHÃO, Odon Ramos. **Curso Básico de Medicina Legal.** 7. ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

RESTA, Elisio. **Percursos da identidade:** uma abordagem jusfilosófica. Tradução e apresentação Douglas Cesar Lucas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez. 1995.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. *In:* LOURO, Guacira Lopes [Org.]. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte:

Autêntica, 2000. p. 35-81.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. [Org.]. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.